

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

REQUERENTE: ARIANA DIAS PEREIRA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 248/2022

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 116/2022

REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2022

OBJETO: Registrar preços para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar em atendimento às necessidades da Secretaria de Educação.

Aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2022, às 20h01 foi enviado via email para o Setor de Licitações peça impugnatória do processo em epígrafe, sob a qual passo a me posicionar nos seguintes termos:

DA TEMPESTIVIDADE:

Conforme estipulada no Item 23. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

23.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, pelo endereço eletrônico e-mail: pregaocataguases@gmail.com

23.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

Cabe portanto, analisar, preliminarmente, se foram cumpridos os requisitos de admissibilidade exigidos para tanto, de acordo com o que preceitua o ato convocatório.

O prazo para a impugnação é de até três dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública. Conforme o ensinamento do mestre Jorge Ulisses Jacoby Fernandes¹:

“A contagem do prazo para impugnação se faz com a observância da regra geral do ar. 110 da Lei nº 8.666/93, tendo por termo inicial a data estabelecida para o da apresentação da proposta”²

No caso em destaque, a realização da sessão esta marcada para o dia 13 de dezembro de 2022 (terça-feira) às 09 horas. Os três dias úteis antecedentes à abertura das propostas são 12/12/2022, 09/12/2022 e 08/12/2022.

Portanto, o prazo para os interessados impugnarem o respectivo edital no dia 07 de dezembro de 2022 ainda não havia sido expirado.

DO MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO

O Impugnante como escopo fundamental de suas alegações requer que seja retificada a exigência do alvará sanitário como qualificação técnica como condição de habilitação.



¹ In Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico, Editora Fórum, 2ª edição, 2007, págs. 609/611

² Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

DA DECISÃO:

A par de todos os argumentos expostos, e de se concluir que a exigência em edital quanto à necessidade da apresentação de alvará sanitário na fase de habilitação viola a jurisprudência do TCU, o Pregoeiro retifica o edital exigindo o **Alvará de Funcionamento e Sanitário** apenas do vencedor do certame para apresentação no prazo de 05 dias úteis cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante proponente for declarado vencedor do certame.

A apresentação do Alvará de Funcionamento e Sanitário do vencedor é obrigatório e sujeito a desclassificação. As empresas do ramo de alimentação que não detenham certificação higiênica sanitária exigida legalmente por meio da Portaria 1.428 do Ministério da Saúde, seria por em risco a segurança alimentar de milhares de crianças. A própria resolução 38 do FNDE, em vários momentos prevê todos os procedimentos e fases do processo de cocção e distribuição de alimentos deve ter como primazia a segurança alimentar em todo o processo.

Nova data de abertura: 10/01/2023 às 09 h.

A presente decisão será comunicada ao impugnante e disponibilizada no site www.cataguases.mg.gov.br.

Cataguases, 09 de dezembro de 2022.



Neimar Garcia de Oliveira
Pregoeiro do Município de Cataguases